



---

## **Paulo Freire e o trabalho social com famílias: um debate sobre a ação antidualógica**

---

Por CLAUDIA DE GODOI FERREIRA DE ALMEIDA  
RAFAEL BIANCHI SILVA

clau.galmeida@gmail.com  
tibx211@yahoo.com.br

### **1. Introdução**

Podemos observar que as ideias de Paulo Freire ultrapassam os limites da educação escolar, para aproximar-se com a educação popular e as ações comunitárias. Um desses transbordamentos pode ser encontrada na proposta de trabalho com famílias na política pública de Assistência Social brasileira atualmente em vigência. Entende-se que o universo de atuação desta política pública não pode permanecer no campo da garantia de benefícios sociais, mas principalmente, precisa englobar outras dimensões da vida de modo a potenciar mudanças tanto na esfera individual como coletiva.

É dentro de tal perspectiva que a política pública de Assistência Social constitui-se atualmente como importante espaço de ação direcionada à transformação da realidade social, a partir do acesso e garantia de direitos vinculados à seguridade social através de um trabalho contínuo e integrado ao contexto social em que se insere, possuindo como foco o desenvolvimento individual, familiar e coletivo do público atendido. Para tanto, um desafio constante que se direciona aos profissionais inseridos neste contexto encontra-se na superação de concepção assistencialista e clientelista do serviço, visando, ao invés disso, uma postura emancipadora e mais autônoma.

Uma das formas para propiciar tal mudança de foco na ação dentro da política, está vinculada a preocupação em descrever estratégias a serem realizadas junto às famílias que serviriam como problematizadoras de sua realidade, de modo que, a partir de tal operação, os sujeitos possam atuar em prol da melhoria de sua condição de existência, reconhecendo-se como portador de direitos garantidos por lei.





Enquanto método de trabalho proposto pelos documentos da política pública (BRASIL, 2012), é referenciada a proposta freireana, descrita como uma pedagogia problematizadora. Tomando a dimensão educativa para além da instituição escolar, afirma que ela considera os anseios e a leitura de mundo dos participantes do processo sendo “[...] possível construir alternativas para o que se está vivendo [...]” (p.89) escapando do fatalismo muito presente nas práticas assistencialistas.

A compreensão de um ser humano aberto a possibilidades implica não apenas em entendimento teórico, como também, em uma revisão do lugar ocupado pelos técnicos da política pública na realização do trabalho. Elementos como o diálogo, a construção de uma posição horizontal em relação aos saberes e a prática de uma escuta (que pressupõe a possibilidade do outro falar) tornam-se fundamentais para a prática a ser colocada em movimento.

Nessa direção, pretende-se realizar uma discussão acerca do impacto da adoção de uma postura antidialógica pelos profissionais que compõe o serviço. Para tanto, será realizado um debate a partir das ideias de Paulo Freire de modo a problematizar o trabalho realizado a partir da proposta apresentada como estratégia de ação dentro do Serviço de Atendimento Integral às Famílias (PAIF) ofertado dentro do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), equipamento base para a execução da política de Assistência Social brasileira.

A articulação da proteção social com um olhar educativo-formativo demanda a utilização de diversos campos de saberes para uma maior compreensão da realidade social a que se destina a atuação, uma vez que ela não se mostra restrita a uma área específica do conhecimento. Nesse contexto, investigar a posição tomada pela equipe técnica em relação à comunidade atendida também implica em compreender que esta transpõe as barreiras disciplinares para a efetivação da proposta, visto que a ação no âmbito da Assistência Social acontece em um campo complexo constituído por múltiplos atravessamentos. Desse modo, a atitude ética em relação a comunidade atendida também precisa ser generalizada às relações de trabalho.





Inicialmente, construiremos uma visão acerca do lugar do desenvolvimento humano na proposta do PAIF e suas possíveis articulações com o referencial freireano. Isso servirá de base para compreendermos a problemática da ação antidialógica nesse campo e os desafios para a equipe de trabalho do CRAS no enfrentamento da complexidade das comunidades atendidas.

## **2. Assistência social como espaço de desenvolvimento humano**

A política de Assistência Social no Brasil, apoiada na Constituição Federal de 1988, articula-se através do Sistema Único de Assistência Social, tendo por finalidade a garantia de acesso à direitos e serviços de proteção social a todos que deles necessitem. A partir de marcos legais como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS-1993), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) e a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS-2005) regulamenta-se a estruturação em âmbito nacional desta política, a partir de normas e diretrizes de implantação que referenciam a forma de atenção que se pretende oferecer.

Nesse sentido, a atenção social organiza-se através de níveis de proteção nos quais é possível observar a proposta de trabalho social a ser realizada que possui como foco as famílias e as comunidades em que vivem. No âmbito da proteção básica, de acordo com a “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais” (BRASIL, 2009), o trabalho social com famílias consiste em

[...] um conjunto de procedimentos implementados por profissionais, a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo. Ele tem por objetivo contribuir na e para a convivência de um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, a fim de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário de maneira “preventiva, protetiva e proativa” (p. 6).

Segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), a realização deste trabalho deve acontecer a partir da atuação de equipes de referência, especialmente nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Em sua composição, esta equipe é formada por técnicos com nível médio e superior (sendo este último descrito como um assistente social e outro profissional, preferencialmente psicólogo)





que devem atuar de maneira interdisciplinar articulando suas práticas no exercício do trabalho social.

Enquanto finalidade do trabalho, os documentos referentes ao Serviço de Proteção Integral às Famílias (PAIF) apontam para a necessidade de desenvolvimento da autonomia e empoderamento das famílias de modo a potencializar, de um lado, seu caráter protetivo em relação aos membros que necessitam maior atenção (como crianças e idosos, por exemplo), quanto também à possibilidade de intervenção no campo social de modo a visar melhores condições de existência.

Nesse sentido, espera-se que através das intervenções dos técnicos atuantes no serviço, seja possível afastar-se de posições fatalistas e de passividade para “[...] favorecer processos de mudança e de desenvolvimento de protagonismo e da autonomia, prevenindo a ocorrência de situações de risco social” (BRASIL, 2012, p.23).

É em consonância a tais objetivos o documento intitulado “Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS” (2009) pontua a importância do trabalho em equipe e interdisciplinar como ferramenta necessária para um trabalho que vise abarcar a complexidade da realidade social. Nesse sentido, a publicação aponta que

O enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho no âmbito do SUAS, a partir da compreensão de que o principal objeto de ação da política de assistência social - as vulnerabilidades e riscos sociais - não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações (BRASIL, 2009, p. 64).

Assim, espera-se que os profissionais que compõem a equipe multiprofissional possam se dirigir para a superação do isolamento dos saberes, pondo fim a uma atuação tecnicista, de forma a contribuir para a articulação de conhecimentos distintos que trabalham em função das demandas trazidas pela realidade social.

Desse modo, o trabalho com as famílias, precisa partir das condições e problemáticas vivenciadas pelos usuários participantes de forma que o equipamento da política pública – CRAS – possa servir como um espaço de vivência que contribua para a autocompreensão.





Esse processo implica na possibilidade destes membros “[...] apreenderem-se como resultado das interações entre os contextos familiar, comunitário, econômico, cultural, ambiental entre outros nos quais estão inseridos, assumindo-se como sujeitos capazes de realizar mudanças [...]” (BRASIL, 2012, p.24).

Entendendo o ser humano em sua dimensão histórica e cultural (FREIRE, 2001), considera-se que mesmo sob situações complexas e de difícil operação, tem-se que tomar como ponto de partida a possibilidade de ampliação das potencialidades humanas que foram, devido à condição social excludente em que vivemos, sendo direcionadas ou manejadas de modo a permanência do mesmo em uma posição passiva que tende, entre outras coisas, a esperar do outro a modificação da realidade.

Assim sendo, o trabalho precisa tomar como premissa a ação e práticas democrática, entendida aqui, ampliando os meios de participação popular dentro da esfera da política pública, escapando de estratégias de domesticação e controle próprios de uma postura autoritária. Por essa razão, como bem expressa as Orientações para Trabalho no PAIF,

[...] o foco do acompanhamento familiar deve ser a abordagem cidadã e emancipatória, centrada no resgate dos saberes, superação de preconceitos, estímulo das potencialidades e enfrentamento dos conflitos familiares, de modo a respeitar as crenças e valores das famílias atendidas, valorizar o exercício da participação democrática, da tolerância, da cooperação, do respeito às diferenças, possibilitando a reflexão crítica sobre as vulnerabilidades e possibilidades, estimulando projetos coletivos, desenvolvendo princípios e valores relacionados aos direitos, à cidadania e à democracia (BRASIL, 2012, p.74)

Construir caminhos para responder a essas demandas se mostrariam mais favoráveis tendo como sustentação arcabouços teóricos que coadunem com a proposta de trabalho social a ser desenvolvida pela equipe. Conforme viemos indicando ao longo deste trabalho, dá-se o destaque a proposta desenvolvida por Paulo Freire. Tal perspectiva pode trazer contribuições ao desenvolvimento de ações que resultem no cumprimento dos objetivos do trabalho social uma vez que apresenta em suas bases a busca pela transformação social, a visão de homem construído historicamente em sua relação com o mundo social e a crença no sujeito e na possibilidade da mudança que vão de encontro como a proposta do SUAS. Assim, sugerida inicialmente como instrumental para a realização do trabalho social, este referencial pode



contribuir também para o estabelecimento de uma relação dialógica entre os agentes envolvidos neste processo de formação.

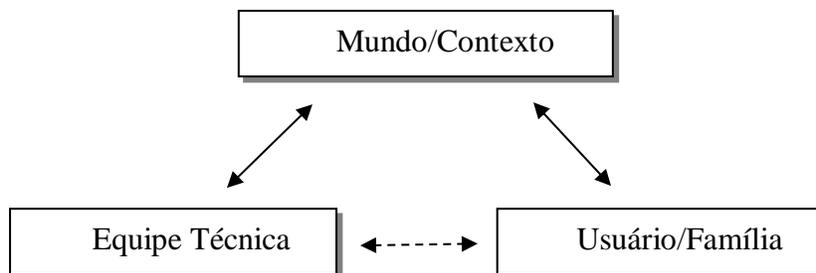
Inicialmente torna-se importante retomar a crítica realizada por Freire quanto à educação bancária. O autor aponta que ela se caracteriza pelo depósito de comunicados e informações, na qual o está em jogo é estabelecer uma cópia do mundo, o que possui como objetivo “[...] o de controlar o pensar e a ação, levando os homens ao ajustamento ao mundo. É inibir o poder de criar e de atuar [...]” (FREIRE, 1987, p.65). Nesse sentido, tal proposta formativa compromete o desenvolvimento da autonomia visto que culmina na reiteração de uma posição de acomodação ao mundo vivido.

Mais do que isso, limita-se a capacidade comunicativa que está intimamente relacionada com a capacidade de compreender a rede de relações ao qual o homem está imerso. O ato de conhecer implica comunicar-se com o outro. Se tomarmos tal relação de modo recíproco, tem-se a condição primeira para o estabelecimento de uma forma de educação que inclui dois participantes e não apenas um no processo de construção do conhecimento (conforme observado na educação bancária).

Assim sendo, trata-se de uma condição de intercomunicação o que nos leva ao reconhecimento de uma mútua formação. Para tanto, conforme pontua Freire (1983, p.44), “todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo é desta forma, um mundo de comunicação”. Como desdobramento, um sujeito pensante nunca pensa sozinho, mas sempre em conjunto com outro sujeito pensante que atua em co-participação. Em conclusão, toda educação é sempre comunhão, reciprocidade.

Mas a partir disso, o que ocuparia o lugar de objeto pensado? Dentro desse enfoque, por exemplo, refletir sobre a relação entre a equipe técnica e os participantes usuários da política suscita a inclusão de um novo elemento: o mundo, expresso na comunidade em que atuam através do público-alvo do trabalho. Partilhado pela equipe, esse universo de ação se apresenta como elemento comum à atuação na assistência social e pode potencialmente possuir um caráter mediador na relação interdisciplinar.





Entendemos que conceber o público-alvo (comunidade atendida pelo serviço) como mediador do encontro propõe um elo entre os distintos conhecimentos que podem ser expressos. Essa conexão por sua vez potencializa a comunicação entre os envolvidos uma vez que o diálogo constitui-se no “encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo” (FREIRE 1980, p.82). Assim, construir uma relação da equipe mediada pelo território aonde ela atua leva a estruturação de um campo de diálogo entre os saberes propício para a construção conjunta da ação a ser desenvolvida. Em tal visão, "a educação autêntica [...] não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo" (1987, p.84).

Essa forma de relação, ao se mostrar vinculada com a comunidade de atuação, corrobora com o almejado pela política de assistência social no que diz respeito ao Trabalho Social com Famílias (TSF), tendo em vista que esta estabelece que “o conhecimento das situações familiares constitui a pedra angular do TSF, à medida que é este conhecimento que vai ofertar insumos para a tomada de decisões em torno das ações a serem empreendidas pelos trabalhadores do SUAS” (2016 p.22). Entendemos que neste encontro de saberes, mediado e conectado pelo público-alvo, cria-se a condição para a produção de novos conhecimentos, na medida em que “posto diante do mundo, o homem estabelece uma relação sujeito-objeto da qual nasce o conhecimento que ele expressa através de uma linguagem” (FREIRE, 1982, p.67).

Assim, “o diálogo sela o ato de aprender, que nunca é individual, embora tenha a dimensão individual [...]” (FREIRE, 1986, p.11). Construir uma relação dialógica na equipe interdisciplinar mediatizada pela comunidade de atuação se coloca como alternativa que



poderia se sobrepôr aos entraves entre as especialidades de forma condizente com o que orienta a política. Neste caminho, outras demandas se colocam, sendo uma delas, a superação do assistencialismo.

### **Trabalho com famílias e a posição antidialógica**

Um dos principais desafios que incidem sobre o trabalho no espaço da proteção social básica consiste na desvinculação do Trabalho Social com Famílias de uma prática assistencialista que tem como uma de suas principais características o enfoque na caridade, reafirmando, portanto, a política pública como um direito social e dever estatal. Destaca-se a necessidade de uma ação contextualizada na realidade social, histórica e econômica que se insere e guiada para o desenvolvimento individual, familiar e coletivo em um trabalho contínuo e de caráter transformador.

Assim, torna-se fundamental que a ação dos profissionais esteja pautada nos conhecimentos teóricos e metodológicos a partir da especialidade de cada técnico e que estes, sendo compartilhados entre a equipe interdisciplinar, assegurem a finalidade do trabalho social que possui como objetivo o desenvolvimento humano em prol de uma proposta de emancipação. Desvinculado do assistencialismo, o Trabalho Social consistiria então em um “trabalho especializado, realizado por técnicos de nível superior, com formação profissional, fundamentado em conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e em pressupostos éticos, projetos ético-políticos, dentre outros” (BRASIL, 2012, p.11).

Dentro deste processo de constante embate com um histórico assistencialista que fundamentava a área, os documentos nacionais que normatizam e regulamentam a política de Assistência Social chamam atenção aspectos importantes da formação do profissional que implicam em seu posicionamento dentro da política pública. Um dos pontos discutidos, é o reconhecimento de que é elemento presente, o posicionamento técnico como figura de detentor do saber, em virtude de sua formação acadêmica e profissional, negligenciando o saber popular representado no público-alvo do serviço. Nesse sentido um dos maiores desafios do Trabalho Social com Famílias é “superar o predomínio do agir tutelar no





atendimento das famílias; a extrema valorização da racionalidade técnico-instrumental, e não da razão comunicativa; e a ênfase no controle, e não na emancipação” (BRASIL, 2012, p.93).

Nesta postura, considerada como não comunicativa e pautada por estratégias de controle da comunidade e dos indivíduos atendidos, temos o que Paulo Freire aponta como “o grande perigo do assistencialismo” que consiste na violência do seu antidiálogo onde “impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a ‘abertura’ de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica” (1967, p. 63).

O que Freire observa é que especialmente pelo tipo de colonização que se vivenciou no país, houve a predominância da não-participação dos sujeitos na solução dos problemas comuns onde, oscilando entre o poder do senhor das terras e o poder do governador, faltou-nos essencialmente a vivência comunitária. Por isso afirma que “em todo o nosso *background* cultural, inexistiam condições de experiência, de vivência da participação popular na coisa pública. Não havia povo” (FREIRE, 1967, p. 78, grifo do autor). Deste processo, caracterizado pela dominação, surge a postura antidialógica marcada pela passividade.

O antidiálogo, característico e entranhado em nossa formação histórico-cultural, consiste, segundo Freire (1967, p. 114) em uma relação vertical de A sobre B, sendo este último acrítico e incapaz de gerar criticidade. Esta tem as mesmas bases das soluções paternalistas e da postura muda e áfona do brasileiro, uma vez que

[...] as sociedades a que se nega o diálogo — comunicação — e, em seu lugar, se lhes oferecem “comunicados”, resultantes de compulsão ou “doação”, se fazem preponderantemente “mudas”. O mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta a que falta teor marcadamente crítico (FREIRE, 1967, p. 75).

A adoção desta postura dentro do trabalho nos equipamentos da Assistência Social, negando-se à comunicação, entre os técnicos ou entre técnicos e público-alvo, e substituindo-a por comunicados ou falas propositivo-impositivas nega a voz aos outros atores da política. Sem a superação do antidiálogo, os conhecimentos teóricos e metodológicos que baseiam a atuação dos profissionais não sustentem por si só a superação do assistencialismo. Isso porque, quando esse saber técnico não se expressa como comunicação - e sim como





comunicados -, se configura na forma de uma “doação” àquele que lhe recebe e não possibilita-lhe a oportunidade de decisão uma vez que está já vem e expressa nos comunicados.

Tal processo está intimamente ligado com a adoção de uma posição de passividade por parte dos usuários da política pública, de forma que sua presença dentro do trabalho social com famílias pode acabar por ser minimizado quanto às potencialidades de sua intervenção. Forma-se:

O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tomada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. A adaptação a situações negadoras da humanização só pode ser aceita como consequência da experiência dominadora [...] (FREIRE, 2000, p.36).

Assim o assistencialismo, marcado na prática antidialógica, tem como efeito uma formação humana atravessada hegemonicamente pela posição de passividade, submissão e domesticação do homem, sendo que “esta falta de oportunidade para a decisão e para a responsabilidade participante do homem, característica do assistencialismo, que leva suas soluções a contradizer a vocação da pessoa em ser sujeito” (FREIRE, 1967, p. 64).

Nega-se a tais sujeitos a possibilidade de existir humanamente, pois, entendida a partir de Freire (1987), a existência humana, não pode ser muda, silenciosa, mas nutrir-se de palavras verdadeiras através das quais homens transformam o mundo. Isso porque dentro da perspectiva do autor, é a palavra, fenômeno humano e elemento constituinte do diálogo. Enquanto este comporta as dimensões da ação e reflexão, inteiramente ligadas uma a outra, na postura antidialógica, ao separar tais esferas, a palavra torna-se vazia e impedida de ser práxis.

Entendendo que palavra verdadeira é transformação do mundo, uma vez que essa é ação e reflexão, ao negar ao outro o direito a fala, nega-se também a este a possibilidade agir sobre o mundo e atuar sobre sua realidade, construindo história. Dessa forma, o que encontra-se em impedimento é a própria condição ontológica humana de ser mais, ou seja, expressão da natureza humana que não se basta às condições materiais de existência e busca a ultrapassagem do que está posto, em um ato de rebeldia que afasta a posição de opressão e



resignação. O reconhecimento como ser inacabado é o que fundamenta, justifica e possibilita o trabalho a ser realizado. Conforme afirma Freire (1996, p.57-58)

[...] A consciência do mundo e a consciência de si inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem história, sem por ela ser feito, sem cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível.

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente [...].

Não reconhecido em seu saber e excluído da possibilidade da fala dão-se as bases para que sobre estes se desenvolva um trabalho caracterizado como tutelar. Este pensamento é entendido dentro da política de Assistência Social como aquele que

[...] subestima as capacidades dos desiguais, capacidades estas que se referem a pensar, transitar com autonomia e exercer sua liberdade. A tutela é filha dileta do assistencialismo, do apadrinhamento, do clientelismo. Caracteriza-se ainda por ser autoritária e compensatória, pois além de não emancipar, submete. Assim sendo, a opção do trabalho social precisa ser a da emancipação” (BRASIL, 2012, p. 93).

A afirmação acima pontua marcadamente a necessidade de excluir da política esta forma de ação indo de encontro com as reflexões desenvolvidas por Freire da relação antidialógico-assistencialismo. Para o autor,

[...] é preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também. Se esta crença nos falha, abandonamos a ideia, ou não a temos, do diálogo, da reflexão, da comunicação e caímos nos slogans, nos comunicados, nos depósitos, no dirigismo (FREIRE, 2005, p.25)

Entendendo os impactos de uma ação antidialógica e seus efeitos de dominação, através da imposição da passividade e da mudez, torna-se clara sua ligação com o pensamento tutelar e assistencialista que pode ser materializado de diferentes modos, desde a adoção de uma posição de caridade e pena até mesmo a construção de planos de intervenção sem a participação da comunidade alvo do processo, sendo ambos os exemplos, indicação uma pretensa superioridade por partes dos agentes da política. Assim, superar o assistencialismo



dentro do trabalho social com famílias consiste também em superar a adoção de uma postura antidialógica pelos profissionais da política de Assistência Social.

Caminhar nesta direção apresenta aos agentes desta política um trabalho constante e necessário, que nos diz da grande dificuldade e do alto senso de responsabilidade que se exige nessa atuação, que não diz respeito a dificuldades técnicas ou conhecimentos obtidos, mas que “a dificuldade está na criação mesma de uma nova atitude — e ao mesmo tempo tão velha — a do diálogo, que, no entanto, nos faltou no tipo de formação que tivemos” (1967, p. 121)

### **Considerações finais**

A política de Assistência Social no Brasil tem como um dos principais pontos de sustentação o trabalho social com famílias. Com este trabalho, objetiva-se o desenvolvimento de ações com ênfase na participação popular e no delineamento e fortalecimento a ações voltadas à transformação social tendo como base a realidade familiar e na recusa do desenvolvimento de ações autoritárias voltadas à dominação.

Nesta direção, o que se expressa nos referenciais da política pública atualmente em vigência no país, é a consolidação de uma proposta de formação humana voltada para desenvolvimento de protagonismo, autonomia e emancipação popular que se sobreponha a finalidade última de garantia de necessidades sociais básicas. Esta visão mostra-se articulada com o referencial teórico- metodológico desenvolvido por Paulo Freire em sua proposta de educação popular que com sua crítica à educação bancária, pautada na no depósito de comunicados e informações que nega ao sujeito autonomia e lhe impõe passividade, passa a reconhecer o humano como ser inacabado, aberto a possibilidade e inserido em seu próprio movimento de busca e transformação, o que vai de encontro com os ideais da política pública.

Neste cenário, diversos entraves se colocam diante da atuação que se pretende desenvolver advindos de novas demandas que se apresentam na estruturação da política pública A organização de um trabalho conjunto entre os profissionais que compõem as equipes e a o a busca constante pelo abandono ao assistencialismo configuram-se como parte destas demandas que se colocam ao trabalho.





Nesse sentido, refletindo sobre essas demandas a partir do referencial de Paulo Freire destacamos, em um primeiro momento que a construção de uma relação dialógica e comunicativa entre técnicos que compõe a equipe e o público-alvo, através da mediação da comunidade de atuação, se coloca como alternativa que se sobreporia às divergências e diferenças entre as especialidades configurando-se como base para a construção conjunta do trabalho social.

Em seguida, destaca-se também a necessidade de se discutir os impactos de uma ação antidialógica entendendo, a partir de Freire, que esta se mostra, por exemplo, na forma de passividade e da mudez resultando em um processo de dominação intrinsecamente ligado ao pensamento tutelar e assistencialista. A compreensão desta ligação entre uma posição antidialógica e o desenvolvimento de ação tutelar e assistencialista aponta, portanto, para a necessidade de superação deste posicionamento por parte dos profissionais da Assistência Social como forma de atender aos objetivos da política.

Cabe destacar que apontamentos realizados exigem dos profissionais inseridos na política pública um posicionamento diferente daquele por ele vivenciado tanto em termos da formação histórica e cultural do país como no que diz respeito ao se processo de formação a partir de sua especialidade. Nesse sentido abrem-se caminhos para novos delineamentos de pesquisas futuras entendendo que este ainda é um referencial pouco explorado e que traria contribuições ao trabalho na política de Assistência já que parece corroborar com suas finalidades.



## Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS\SNAS, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB\SUAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: MDS\SNAS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – volume II**. Brasília: MDS\SNAS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2004.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e pratica da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

